

## Considerações Finais

O número 19 da **RBF** divulgou em profusão os acontecimentos do mês de agosto de 1967, quando se realizou em São Paulo o Simpósio de Folclore Brasileiro, comemorativo dos 20 anos da Comissão Nacional, e a III Reunião do Conselho Nacional de Folclore. Nesses dois eventos foram passados em revista vários aspectos relevantes da trajetória do movimento folclórico iniciado em 1947. Nessa ocasião, o discurso de Renato Almeida, no qual avaliou as atividades realizadas pela CNFL durante duas décadas, fornece pistas importantes sobre sua trajetória enquanto organização cultural. Na sua exposição Almeida buscou tratar de elementos

(...) essenciais a uma avaliação no duplo aspecto, quantitativo, apontando quanto se fez para medirmos o acerto e as deficiências resultantes, e qualitativo, a fim de estudar as linhas adotadas, os métodos seguidos, as soluções definidas ou pragmáticas, em suma, uma crítica de processos e um panorama de possibilidades, permitindo chegar a conclusões orientadoras e normativas, da nossa ação futura.<sup>404</sup>

No entanto, foram assinalados com mais ênfase os aspectos problemáticos com os quais se deparava o grupo de folcloristas ligados a CNFL. A falta de recursos financeiros foi apontada de início por Almeida, que assinalou, em seguida, que com a criação da CDFB os impasses financeiros foram parcialmente resolvidos. Porém, a existência de recursos não foi suficiente para arregimentar novos quadros para o campo do folclore. O folclorista registrou que “A organização de equipes, salvo num determinado Estado, é de todo impossível. Porque a [*sic*] carência de estudiosos de folclore. Há mais professores do que alunos, mas chefes de pesquisa do que

---

<sup>404</sup> Renato Almeida. Avaliação das atividades da Comissão Nacional de Folclore, do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, nos seus primeiros vinte anos de existência. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 7, nº 19, set./dez. 1967, p. 230.

integrantes.”<sup>405</sup> Para contornar esse problema foi instituído o concurso Folcloristas do Amanhã, que terminou, segundo Almeida, em completo fracasso.

Renato Almeida deixou claro em sua fala que só a introdução do folclore no âmbito acadêmico seria capaz de solucionar de vez o problema da formação de novos profissionais para o campo. Para tanto, como já registrado, os folcloristas tentaram, sem sucesso, incluir a disciplina folclórica na universidade no momento de sua reestruturação através da Reforma Universitária de 1968. A carência de profissionais em folclore foi apontada também como uma das causas da pouca produção na área, visto que a maior parte da bibliografia publicada ou financiada pela CDFB era oriunda de pesquisas realizadas em outras instituições e não por ela própria.

Da mesma forma as atividades das comissões estaduais de folclore foram apontadas como insuficientes, pois poucas conseguiram manter suas publicações e nem sequer conseguiam assegurar localmente verbas para a participação de seus membros nos congressos de folclore, de grande importância para a sociabilidade intelectual e produção de sentidos para o projeto folclorista. Sobre este último aspecto, o secretário geral da CNFL sublinhou que, embora relevantes, os congressos não deveriam mais encarnar o papel de divulgador e propagandista do folclore que os caracterizou nos anos iniciais do Movimento.

A experiência de vinte anos tem de iluminar os novos caminhos. Já não temos mais a desculpa de que estávamos num período inicial, em que era preciso fazer coisas, para aparecer, para chamar a atenção para o movimento. Hoje sou radicalmente contra essa ideia, que já explorei, mas agora me parece perimida. Acho que devemos orientar toda a nossa atividade para trabalhar em profundidade. Agora só podemos fazer as coisas bem, já saímos do campo do movimento, da propaganda, do barulho.<sup>406</sup>

O discurso de Renato Almeida evidencia também um elemento que permite visualizar o novo cenário no qual o grupo de folcloristas se encontrava. O fim do barulho, da propaganda e do movimento devia-se ao fato de não existir mais essa necessidade, visto que ela surgiu para sensibilizar a opinião pública e, sobretudo, o

---

<sup>405</sup> *Ibid.*, p. 231.

<sup>406</sup> *Ibid.*, p. 235.

governo para a criação de uma entidade estatal voltada para o folclore. Com a criação da Campanha em 1958 esse desejo foi realizado, por mais que a agência não tivesse o formato institucional planejado inicialmente. E mais do que isso, a fala de Almeida sugere a necessidade de outro tipo de estratégia de organização o que pode ser constatado no mesmo discurso quando Almeida menciona a “perfeição do labor”,<sup>407</sup> e indica o uso do prestígio pessoal nos bastidores da política cultural, ao lembrar que “(...) quase todos os Secretários-Gerais [das comissões estaduais] são professores universitários, dispoendo, portanto, de uma autoridade e de uma independência da maior significação.”<sup>408</sup>

O uso do prestígio pessoal, o trabalho de bastidores e as relações de apadrinhamento não eram exatamente uma novidade para os componentes do movimento folclórico, no entanto, na nova realidade, constituíram-se em peças fundamentais para a negociação da reestruturação e manutenção da CDFB, bem como para render individualmente a alguns folcloristas um destaque maior nos círculos do poder. Desse modo, a opção por usar recorrentemente a **RBF** para prestar homenagens a figuras de relevo no cenário político pode ser identificada como um reflexo dessa nova estratégia.

Foi assim que no mesmo número da Revista na qual Renato Almeida relatou o percurso da CNFL em seus 20 anos de existência, foi intensamente divulgado o centenário do folclorista Rodrigues de Carvalho e José Loureiro Fernandes, membro do CNF, tornou pública sua proposta de um voto público de “(...) louvor ao ministro Flávio Suplicy de Lacerda pela sua atuação em apoio da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e, em especial, quanto à criação do ‘Dia do Folclore’.”<sup>409</sup> Mesmo que a associação não seja direta, é sintomático que, em troca desse espaço de homenagens, Renato Almeida sugira que os folcloristas sejam audazes ao pedir auxílio, pois segundo ele, “(...) não estamos pedindo para nós, senão para a cultura brasileira e para uma obra que se vem demonstrando cada vez mais importante.”<sup>410</sup>

---

<sup>407</sup> *Ibid.*, p. 235.

<sup>408</sup> *Ibid.*, 237.

<sup>409</sup> Ata da Terceira Reunião do Conselho Nacional de Folclore. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 7, nº 19, set./dez. 1967, p. 226.

<sup>410</sup> Renato Almeida. *op. cit.*, p. 237.

E foi em nome dessa suposta cultura brasileira que se desenvolveu toda a atividade dos folcloristas, que os fez mobilizar uma parcela significativa da intelectualidade do país para pensá-la e defini-la a partir do prisma do folclore. As Comissões e a Campanha surgiram nesse contexto e forneceram os contornos de um projeto de cultura que se desenhou, especialmente, a partir das páginas da **RBF**. A Revista por sua vez, assumiu como objetivos, tal como formulado por seu criador, Edison Carneiro, além de ser órgão de expressão nacional do Movimento, refletir o entendimento folclorista acerca da realidade da vida popular brasileira,<sup>411</sup> ao noticiar, debater e retratar os temas eleitos como constituidores e definidores da cultura popular.

Nessa perspectiva, já o primeiro número da **RBF** trouxe estampado na capa um registro de uma manifestação da cultura nacional como os folcloristas a entendiam. Na fotografia de Marcel Gautherot que retratava um brincante de bumba-meu-boi do Maranhão, o leitor da Revista poderia visualizar, ainda que através de um fragmento, a cultura brasileira. Essa opção por retratar exemplares da cultura folclórica nas capas do periódico oficial da Campanha foi mantida em quase todos os números. A exceção foi somente a capa do número 19, quando, para homenagear o folclorista Rodrigues de Carvalho, foi utilizada a reprodução de um selo com seu busto.

No seu conteúdo, a **RBF** passou em revista um conjunto de temáticas, que assim como o fizeram a seu modo as capas do periódico, revelavam os aspectos formadores da cultura nacional. Os folguedos e festas, as manifestações religiosas, a música, a literatura e a produção material de um segmento do povo produtor da cultura tida como folclórica, ganharam relevo ao serem debatidos por um conjunto de intelectuais das mais variadas envergaduras. Além disso, a opção por abordar essas manifestações culturais espacialmente localizadas em diversas regiões implicou na articulação de um discurso que relacionou as realidades regionais e nacional de modo a que as primeiras, em sua variedade, pudessem compor o perfil da segunda, a partir de uma perspectiva homogeneizadora. Como apontou Manuel Diegues Júnior em artigo intitulado

---

<sup>411</sup> Edison Carneiro. Apresentação. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.1, nº 1, set./dez. 1961, p. 3.

“Sugestões para uma caracterização regional do folclore brasileiro”,<sup>412</sup> ainda no Simpósio do Folclore Brasileiro, em 1967.

Para demarcar o papel da instituição que organizava a Revista e que assumia por missão garantir a defesa da cultura popular, vista em iminência de desaparecimento, a quarta capa da **RBF** foi utilizada para registrar os pontos norteadores da ação de intervenção da CDFB em plano nacional:

- a) promover registros, pesquisas e levantamentos, cursos de formação e especialização, exposições, publicações, festivais;
- b) proteger o patrimônio folclórico, as artes e os folguedos, as artes e os folguedos populares;
- c) organizar museus, bibliotecas, filmotecas e centros de documentação;
- d) manter intercâmbio com entidades congêneres;
- e) divulgar o folclore do Brasil.

Por meio da análise desses elementos é possível ratificar que como um periódico especializado que pretendia ser o “espelho da realidade cultural do país”, a **RBF** permitiu visualizar, em uma nova conjuntura, como ela mesma desempenhou um papel fundamental em substituição aos congressos que perderam, em parte, essa função. Além disso, o estudo do conjunto dos números da **RBF** possibilitou identificar sua atuação como rede de sociabilidade intelectual que conectava, a partir dos pontos mais distantes do país, os intelectuais imbuídos da tarefa de defender, estudar e divulgar o folclore. A Revista transformou-se em *locus* privilegiado de relação entre os folcloristas e também de negociação com aqueles cujo poder de decisão ou de influência pudesse garantir ao folclore uma estabilidade institucional. Esse estudo permitiu ainda identificar uma interpretação própria dos folcloristas a respeito da identidade cultural do país.

Esses elementos foram articulados com particular significado no cenário político do regime militar, sobretudo entre seus anos de maior recrudescimento. Motivo pelo

---

<sup>412</sup> Manuel Diegues Júnior. Sugestões para uma caracterização regional do folclore brasileiro. In: **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 7, nº 19, set./dez. 1967, p. 259-263.

qual o discurso da unidade pela via do respeito e amor às tradições culturais da nação elaborado na **RBF** foi apropriado pelo Estado autoritário, que o associou a uma ampla ideologia de legitimação que fazia uso político tanto da disciplina escolar Educação Moral e Cívica quanto das várias políticas e ações culturais desenvolvidas e financiadas com recursos públicos.

Todos esses elementos fazem com que a **RBF** possa ser entendida, na perspectiva proposta por Sirinelli, como lugar de sociabilidade em que intelectuais se organizam de modo formal ou informal a fim de construir e divulgar suas ideias e propostas. E ao fazer isso, esses intelectuais acabam por assumir papéis que ajudam a defini-los enquanto construtores e mediadores culturais, cujo engajamento direto ou indireto implica em ação política.